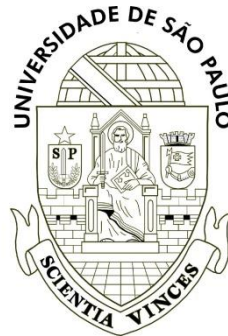


UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



RAPHAEL VICTOR VARGAS SILVA

NO VIRAR DA CASA

Reformulação institucional e Implicação pedagógica nas Unidades

Socioeducacionais de São Paulo

São Paulo

2016

RAPHAEL VICTOR VARGAS SILVA

NO VIRAR DA CASA

Reformulação institucional e Implicação pedagógica nas Unidades Socioeducacionais
de São Paulo

Trabalho de Graduação Individual (TGI) apresentado ao
Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Aprovado em de Dezembro 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (Orientador) - USP

Prof. Dra. Gloria da Anunciação Alves - USP

Dra. Silvia Lopes Raimundo

São Paulo

2016



AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de fazer uma primeira referencia a Ela,
Senhora das possibilidades, das potências que me conduziram até aqui...

LAROIÊ!!

Rua!!

Que nos abre os caminhos possibilita encontros e desencontros, nos marca as singularidades e totalidades, explicita os ritmos e contradições de se estar e ser no mundo.

Agradeço aqui a todos os encontros que da rua pude confluír, Àsè eterno a todas as irmãs e irmãos de caminhada, de partilha e construção cotidiana do coletivo, longe do discurso privado do lar e das falácias familiares. Na luta, sempre entregues as contradições das experiências coletivas e ao olhar pros limites do individual.

Agradeço a todas e todos que tive o prazer de conviver em tantas ocupações e tetos, cito aqui com carinho Ocupação km3 Camobi- RS, Ocupação Mato Alto-RJ, CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo), casas e repúblicas do Brasil que sabem a importância das portas abertas. BR, estrada, malucada da caminhada, porque em tempos de guerras identitárias sempre se precisa de um teto, de um território, de um encontro.

Todo meu apreço e amor às mulheres que me criaram e acolheram neste mundo. Minha mãe, guerreira sempre lado a lado nestas décadas de distância, agradeço infinitamente pelo carinho e força, exemplo pro viver, como atuar lindamente com o que hoje é a categoria tempo e seus aceleros.

Minhas tias e avós, obrigado pelas demonstrações de que força e potência não tem forma, não são totalidades de um discurso generalizante.

Minhas primas-irmãs Jaqueline e Rosana, meu primo-irmão “Guigo”, de tantas referências e lutas contra a instituição de uma totalidade do existir.

Agradeço infinitamente minha admirável irmã Kelly, chegou chegando e tanto me ensinou como estar para o mundo, sempre partindo do real, do precário.

Meu amado irmão e companheiro Daniel, sem tu não tinha nós, agradeço infinitamente pelo exemplo na luta, pelas vivências e ensinamentos de que ter dificuldade não é estar vencido.

Dama amada. Sem palavras pelas conversas, pela paciência com o peso que trouxe este pensar as instituições que tanto atravessam nossos encontros internos e externos, pelo acolhimento em pensar o estranhamento que estar no mundo apresenta, pelo carinho e força nestes tempos de crise.

Não poderia deixar de aqui reverenciar minhas mestras e mestres, responsáveis pelos meus encontros mais íntimos com a necessidade de perceber crítica e atentamente o estar e ser pro mundo, a necessidade de atentar aos limites da perspectiva.

Amada Yá Nadia e amado Babá Lumumba. mutumba!! Agradeço muitíssimo pelo acolhimento nesta família de asè e pela afirmação do preceito como cuidado.

Chacalito agradeço pelos ensinamentos da juventude e honra na luta de reproduzir-se da rua e na rua, nas mazelas só atitude, pelo gesto franco que ensinou que saber partilhar é principio nesta conta onde o que multiplica é resto.

Teca Aliete, agradeço profundamente pela paciência com o ritmo de cada instrumento e pelo atentar a meus próprios ritmos.

Contra Mestre Pinguim poucas palavras pra mostrar que perspectiva e equilíbrio são movimentos eficientes contra os egoísmos.

Meus Professores da Universidade Federal de Santa Maria, Edgar Medeiros e Eduardo Robaina, imensamente agradecido pelo acolhimento e pela visão crítica da natureza.

A Professora Glória da Anunciação agradeço por proporcionar este encontro para com as contradições da educação e por acolher muitos dos secundaristas do ensino público que assim como eu passam pelo departamento.

Professora Amélia Luiza Damiani pelo acolhimento nesta trajetória acadêmica pela Universidade de São Paulo e pela visão crítica da nossa condição espacial.

Aos professores também deste departamento Anselmo Alfredo, Hans Dieterman e Tunico, pela visão crítica de se estar e ser no mundo, pelo alertar das ignorâncias perante as crises capitais.

Ao geógrafo peralta Manoel Fernandes deixo meu agradecimento pela orientação e acolhimento perante esta crise representativa do meio acadêmico, pelo compromisso existente neste meu estar universitário, pela semente da dúvida lançada neste encontro, ainda que a questão seja a mesma, a reflexão não pode parar.

Aos companheiros professores do sistema público de educação que tanto me ensinaram nestes anos de envolvimento com Secretaria de Educação e Justiça, aos que demonstraram postura política perante aos desmandes superiores e mesmo quando sem fins melhores não deixaram de lutar, toda minha admiração e afeto. Aos que se acovardaram diante de seus privilégios individuais, ainda assim, pelos exemplos de incapacidade pedagógica, por me fortalecer a ideia de que ensinar a ler e escrever, não é conduzir nossos encontros à capacidade reflexiva, agradeço.

Minha profunda consideração aos companheiros de cela de aula que tanto me auxiliaram em meio a esta contradição cotidiana e institucional, que para além do

discurso profético da salvação socioeducacional me ajudaram neste pensar os limites do papel institucional, do educador em suas “nossas” vidas cotidianas.

Não poderia deixar de mencionar aqui minha consideração ao Rap que me apresentou e guiou nas primeiras reflexões críticas neste estar no mundo a partir da visão periférica, por mostrar que periferia pode ser uma perspectiva crítica e não um produto crítico a ser superado, banido.

Aos espaços que traçaram minha vivência, sem palavras, está tudo aqui, porque todos tem uma trajetória, uma tradição. Favela da Rocinha e Barreira do Vasco minhas primeiras moradas, Morro da Caixa d’água, Morro do Tomate - Chacrinha, CDD, Rio das Pedras, Gardênia Azul, lugares de acolhimento ao longo da caminhada pela “cidade desespero”. Vila Pinto, Vila Urlândia, Vila Santos, Vila Carolina, Vila Lídia, Vila Medianeira, Vila Nova, porque ainda que perto periferia não é centro e o nós deles, não nos inclui no gesto, só no discurso.

“Periferia cotidiano difícil manter o proceder, pois quem não mante tá fudido.”
(Sabotage).

Agradeço ainda as incapacidades do sistema de justiça que favoreceram para que eu passasse a última década por de trás da grade curricular deste departamento e não tivesse passado entre as idas e vindas das grades penais, mesmo que ambas tenham as perspectivas orientadas por grades, aqui foi mais cômodo, talvez aqui tenha sido tratado com mais “cidadania”.

Maria meu irmão, não ia esquecer dos nossos... A distância dos meus, não foi o esquecimento de nós. Hoje cada vez mais espaço e tempo parecem ser aprendizados quando se é estrangeiro. Pelo acolhimento condenado da infância, consideração sempre.

*“Oh senhor cidadão,
Eu quero saber, eu quero saber
Com quantos quilos de medo,
Com quantos quilos de medo
Se faz uma tradição?”*

(Tom Zé)

RESUMO

O referente trabalho de conclusão de curso se propõe a pensar a partir das transformações ocorridas nos espaços institucionais de reclusão de menores no ano de 2006 em São Paulo, quais contradições evidenciam-se perante a implicação pedagógica nestes espaços, perante a expectativa construída sobre a perspectiva da socioeducação encontro com a CASA evidenciou contradições que atravessam escalas e parecem refletir-se em perspectivas cada vez mais limitadas perante o processo de modernização. Nesta monografia pretendo problematizar o papel do transmissor de saberes, suas potencialidades e desafios perante um processo que parece evidenciar uma orientação a construção da cidadania sem que não deixe de ser sondada pela própria alienação.

Palavras-chave: Instituições socioeducacionais; Atuação educacional; Cidadania; Alienação

ABSTRACT

This work of the course completion proposes to think about the transformations in the institutional spaces of reclusion of minors in the year of 2016 in São Paulo, which contradictions are evidenced by the pedagogical implication in these spaces, faced with the expectation built on the perspective of socio-education, the meet with CASA evidenced contradictions that cross scale and seem to be reflected in increasingly limited prospects in the modernization process.

In this dissertation I intend to problematize the role of the transmitter of knowledge, its potentialities and challenges in front of to a process that seems to show an orientation of citizenship construction without letting it be probed by its own alienation.

Key Words: Social and educational institutions; Educational action; citizenship; Alienation

SUMÁRIO

1. Caminhos Até a CASA	12
2. Grades Penais e Curriculares: Instituições na Modernidade	19
3. Fundação CASA: Grades Fundidas Em São Paulo	28
4. A CASA Virada: Organização e Relações de Poder	34
5. Implicação e Contradições nas Reformulações Socioeducacionais	44
6. Bibliografia.....	52

CAMINHOS ATÉ A CASA

Durante parte da infância contemplei do quintal de minha avó, debruçado sobre a cerca velha de arame, a unidade prisional que se localizava no início da rua de chão batido. A rua em transversal, já asfaltada, contrastava com a outra extremidade onde se seguiam os campos que marcavam os limites da vila e, por conseguinte da cidade. Naquela altura da minha existência nem imaginava abordar criticamente sobre a expansão da periferia, sobre o papel das instituições e quais sentidos possíveis à manutenção da apropriação espacial teria eu e minha insignificância periférica. Inocência sem escalas, impotente na distância dos padrões identitários institucionalizados, a mídia não era uma boa medida e assim parece que nos fizeram e fazem infames, felizes em meio a campos de concentração e ilusões indentitárias. A medida que esta barbárie capital evidenciou os infames, pareceu comunizar a lógica que conduzirá a identificação de todos ao processo de modernização, pois perante o Capitalismo e suas barbáries parece que não apenas os eficientes tornaram-se relevantes para a reprodução do sistema. Como evidenciam Michel Foucault(1999) e Jorge Luis Borges (2003) em suas obras acerca dos infames e de seus infortúnios cotidianos, o processo que leva a individualização de suas insignificâncias marginais visam conduzir aos desígnios de uma normatização identitária e reprodutiva de automatismos .

Ao início dos anos 90 pude perceber o além das cercas dos quintais, a existência da rua, o desejo de ser livre, de chegar ao centro, a condição de ser o outro, estrangeiro em um estado de alienação e ilusões midiáticas que tardavam a evidenciar a inconstância e contradição de se estar na periferia e por tal de ser periférico. Assim, o

despertar infante foi recebendo junto a todo este universo de novidades identitárias a referência imponente dos blocos de concreto que ainda hoje parecem orientar e instituir um modo para se estar e ser no mundo. Sementes que se plantam na infância periférica, identidades do mundo do trabalho, da marginalidade, da perda das potências singulares, da segregação e alienação do espaço. Assim a história ao longo do processo de modernização parece seguir sem que se abra como oportunidade para o desvio da identidade periférica, para a construção de uma cidadania aos marginais, (seja lá o que esta possa vir a ser).

Primeiro o limite da família, a obrigatoriedade da formação escolar e por consequência a fuga dos presídios, dos manicômios, a fé no trabalho como redenção e a identidade permitida dentro do limite de identificação do que se institucionaliza por verdade. Lembro-me de ter tido meu contato inicial com as normas de controle do Estado pelas mãos da polícia, mas não tardou muito para que a escola surgisse e passasse a recheiar a tripa vazia que fui sendo constituído no leito do próprio discurso fundamentalista da instituição familiar.

Seja ao nível do imaginário ou da experiência prática, tanto as instituições escolares quanto as prisionais parecem atuar no cotidiano periférico ao longo do processo social juntamente com outra infinidade de instituições da modernidade, em um movimento de totalização onde, ao passo que se territorializaram-, impuseram-se como vínculo essencial da sociabilidade urbana, norteando nossas realizações subjetivas, impondo limites as singularidades e conduzindo a massificações indentitárias dos corpos. “Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural do que se pode fazer ao eu.” (GOFFMAN,1961. p.22).

Estas instituições parecem atuar perante uma lógica de formalização que permite como reivindicações constantes no cotidiano dos marginais a mesma cultura institucional como solução para as contradições da periferia, a libertação pela autonomia parece sucumbir aos desígnios da automatização, como menciona o pensador Guy Debord em capítulo que versa sobre as potencialidades da alienação, perante a inversão da sobrevivência humana pelo discurso do estado de bem estar social perante o processo de modernização.

“Em suma, o capitalismo burocrático contem a palpável realidade da alienação: ele a pôs ao alcance de todos melhor do que Marx poderia esperar; e ele a banalizou na medida que a diminuição da miséria veio acompanhada da difusão da mediocridade da existência.” (DEBORD, 2002. p.78).

Muitas são as literaturas que comprometidas em olhar para a realidade espacial por um viés crítico evidenciam aspectos de uma institucionalização do modo de conduzir-se as práticas cotidianas da periferia, para além dos espaços de institucionalização que aqui pretendo abordar, mas partindo-se destes e reificando-se no uso cotidiano do território.

“15 de Julho de 1965- Aniversario de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.” (JESUS, 1960. p.9).

Seria viável pensarmos os possíveis termos institucionais, para a constituição de uma alienação dos espaços por meio da apropriação e expropriação do cotidiano de jovens de periferia? Ou ainda pensarmos a afirmação destes indivíduos quanto cidadãos munidos de seus direitos ao espaço a partir da implicação pedagógica? Parece polêmico pensar estes espaços institucionais de forma positiva a luta social, pois não apenas na periferia desta pequena cidade do interior, mas de tantas outras que vivi e que muitos

jovens viveram, vivem e viverão, somos obrigados a aceitar e conviver com estes espaços a serviço da lógica formal do Estado. Espaços estes que parecem atuar ao longo do processo social coercitivamente no direcionamento das massas menos favorecidas, ao discurso da centralidade, da eficiência acumulativa da matéria e do saber formal.

Pensar o papel destas instituições, seja para a manutenção da alienação espacial ou para afirmação de uma insurreição dos usos (SEABRAS, 2006), deve comprometer-se com uma lógica dialética, onde estas possam ser apreendidas não como espaços vazios ou apenas dotados de uma forma ou funcionalidade positiva aos discursos de dominação do capital, é necessário atentar para suas diferentes escalas de atuação, para como estas instituições possivelmente repercutem na realidade espacial da periferia de forma contraditória. Quais as possíveis contradições espaciais são evidenciadas nos usos de tempo e espaço vividos pelos jovens periféricos perante a mediação de uma rede de relações que envolvem o Estado, suas instituições públicas e parcerias privadas, estas representações visam sempre alcançar as representações nascidas no corpo social e atuar no cotidiano (DAMIANI, 2010).

Meu percurso até a CASA (Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente) é iniciado perante as elucidações de minhas experiências práticas quanto jovem periférico e à medida que a categoria tempo agiu sobre minha formação e passei a ocupar espaços mais centrais como, por exemplo, a própria Universidade de São Paulo e pude perceber o quão relevante foi minha insignificância periférica para a manutenção de um modo de se estar no mundo, de um discurso que alimenta sonhos ao mesmo passo que os delimita mediante identidades para a mera reprodução e espetacularização da vida cotidiana, para manutenção da segregação espacial e reprodução do capital.

Neste trabalho de conclusão de curso pretendo discutir algumas das questões que me acompanharam durante minha formação e para isto, tentarei aqui aproximar minhas referências sobre o tema, tanto as obtidas pela vivência cotidiana, quanto às teóricas adquiridas durante minha formação acadêmica. Minha atuação como professor de Geografia dentro de instituições socioeducacionais da cidade de São Paulo possibilitou-me revisitar este universo institucional por meio de outra perspectiva e acredito que esta implicação ao nível institucional será fundamental na organização deste breve memorial e na elucidação de algumas questões que atravessaram-me nestas unidades em que atuei como professor de Geografia pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Minha participação no grupo da Semana de Geografia possibilitou-me perceber o quão relevante é para a organização espacial e, conseqüentemente para a Geografia pensar a ordenação e organização do espaço escolar, das instituições quanto possíveis instrumentos de uma normatividade social ou não? Pensar ainda como a atuação pedagógica em meio a estes territórios institucionais que se aproximam em 2006 para levar a FEBEM para CASA, define-se cotidianamente perante uma grande disputa de poder e regulação que atravessa a própria reformulação socioeducativa destes espaços de modo contraditório. Ainda que, possivelmente de forma precária buscarei aproximar minha experiência socioeducacional de alguns conhecimentos teóricos adquiridos durante minha formação neste departamento, para quem sabe evidenciar um caminho inicial que auxilie na reflexão sobre as possíveis intenções que levaram a manutenção e aproximação destes espaços institucionais na última década no estado de São Paulo.

Pretendo como movimento inicial deste trabalho de graduação individual evidenciar possíveis aspectos que levaram ao fortalecimento destes espaços institucionais tanto em escala global, quanto ao nível do cotidiano, pensar os modos que possivelmente estes espaços fortaleceram discursos individualizantes e de reprodução

da alienação cotidiana na modernidade. Caminhando em direção ao encontro institucional e a experiência cotidiana nestes espaços, tentarei evidenciar como chegou-se por meio de reestruturações políticas a constituição da Fundação CASA no estado de São Paulo. Escola e Prisão ainda que pareçam constituir antagonismos aproximam-se dentro da lógica do Estado evidenciando a incorporação do sistema educacional ao sistema de justiça a partir das políticas públicas do governo de São Paulo para a extinta FEBEM.

Penso ser importante pensar quais as possíveis lógicas que reiteram cotidianamente os atores nestes espaços a partir da relação de transmissão do saber, se atuam no sentido de manutenção da alienação espacial, da reafirmação das relações de dominação e subordinação ou são capazes de atuar perante uma ética comprometida com uma insurreição dos usos do espaço, com a construção da cidadania, ou mesmo se são capazes minimamente de cumprir com os direcionamentos socioeducativos formalizados teoricamente nas diretrizes políticas para estes espaços. Damiani ao tratar deste termo em “A geografia e a construção da cidadania”, sugere:

“Compreendo cidadania envolvendo claramente, a questão da sociedade civil e suas formas de apropriação do mundo produzido por ela, para além das formas de representação política, que se desenvolveram e, muitas vezes, substituem a apropriação concreta, por sua mistificação e espetacularização.” (DAMIANI, 2010. p.51).

Por meio de minha implicação dentro destes espaços institucionais tentarei apresentar o modo de organização interna da CASA, o jogo estabelecido perante a relação de poder dos grupos que orientam a relação cotidiana do espaço, como se constituiu a partir de minha experiência a relação cotidiana entre professores, agentes e internos, como este jogo cotidiano mostrou ditar os ritmos de organização para o virar

ou não da casa, para manutenção de discursos formais ou para pactos de cidadania por parte dos educadores.

Deixo claro que neste trabalho não será possível aprofundar as discussões que tentarei apresentar, mais que fundamental será elucidar questões que acredito ser pertinentes para quem tenta pensar a Geografia ou mesmo as questões pedagógicas como um saber fundamental para com o estar no mundo (ARENT, 2005), pensar nosso papel perante a manutenção ou desvelamento da alienação espacial. Penso aqui mais que tudo relatar as considerações e contradições percebidas neste revisitado da CASA, acerca do papel da transmissão do saber (BENJAMIN, 1994; 1984). Mais que fundamental neste possível memorial é refletir sobre o que podemos ou não servir em meio a uma lógica de apropriação e reprodução espacial, perante nossa implicação quanto educadores nestes espaços? Quais os possíveis termos estes espaços socioeducacionais evidenciam a cerca da alienação do cotidiano ou para uma possível construção da cidadania, da insurreição dos usos.

GRADES PENAIS E CURRICULARES: INSTITUIÇÕES NA MODERNIDADE

A racionalidade burguesa que despontou no continente europeu evidenciou no cerne de seu discurso modernizador as bases para o desenvolvimento do capitalismo, em nome do desenvolvimento desta forma lógica de sociabilidade fortaleceu o andamento do processo civilizatório fomentando a princípio o fortalecimento da busca por ordenação, generalização e pré-dizer sobre a natureza e sobre as demais formas de sociabilidade humana. À medida que a organização dos Estados Modernos na Europa ocorria, ancorada em um discurso de que traria civilidade, progresso e liberdade, pôs-se em realização a partir da busca de uma padronização normativa e homogeneizadora que parece conduzir a um processo de alienação das práticas espaciais, orientado possivelmente pelo fortalecimento do papel das Instituições tradicionais(GOFFMAN,1961)e outras que vieram a desenvolver-se ao longo do processo histórico. O fechamento ou caráter total destas instituições ditas tradicionais é simbolizado pela barreira à relação social, com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes são incluídas no esquema físico: por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, vigilância.

A partir do conceito proposto por Goffman estrutura-se uma análise sociológica sobre estes espaços institucionais, onde em sua classificação o autor evidencia que alguns espaços institucionais são mais fechados que outros e assim propõem uma diferenciação em cinco grupos, dentre quais estão inseridos os espaços prisionais e escolares.

As instituições totais de nossa sociedade podem ser, grosso modo, enumeradas em cinco agrupamentos....Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar imediato das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias,.. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas.(GOFFMAN, 1961. p.16).

Conforme a reprodução do capital atingiu sua forma de atuação ampliada e a inteligibilidade da universalidade das contradições espaciais passou a repousar sobre a reprodução do cotidiano, acredito que a análise espacial ganha relevância por meio da relação existente nestes espaços institucionais. Talvez evidencie caminhos para pensarmos como, perante o processo de modernização estes espaços que parecem orientar um modo de viver, de ser e se estar identitariamente perante o processo reafirmaram no cotidiano uma lógica que possibilitou o aprofundamento dos processos de separação e segregação socioespacial, levando à como menciona Odette Seabra(2004) à uma auto-segregação concebida e administrada, que implica diretamente na formação dos territórios de usos cotidianos na periferia hoje em dia.

Pretendo aqui pensar as possíveis intenções perante o papel do Estado Moderno e da ordenação espacial que a formação e organização destes espaços institucionais, representados neste caso para fins de estudo nas instituições penais e escolares, podem evidenciar sobre a reprodução da individualidade e do cotidiano de jovens periféricos na modernidade. Tentarei pensar em termos não apenas de temporalidade linear à quais possíveis propósitos serviram e possivelmente ainda servem institucionalizar grades curriculares e penais, quais fundamentos estas práticas correcionais e educativas

evidenciam no processo de formatação de um modo de ser e estar perante nosso tempo e espaço?

A mundialização da lógica de exploração espacial iniciada por volta do séc. XV pelos Estados Nacionais Europeus evidenciaram segundo teóricos como K. Marx os pressupostos para a formação e desenvolvimento do processo capitalista de produção, e de suas lógicas de reprodução espacial.

“Marx sempre enfatizou que a (re)produção capitalista não se refere tão-somente às coisas, ao produto palpável que resulta do processo de trabalho, nem tão pouco unicamente à produção de mais valia. Para manter-se e ampliar-se, o capital, como qualquer outra forma econômico-social, precisa produzir e reproduzir incessantemente as relações de produção que lhe são essenciais, fundantes.”. (MARTINS, 1999, p.19).

A medida que a ampliação de poder dos Estados Modernos ocorreu, tornou-se evidente sobre as relações cotidianas a formação de um discurso de reprodução da vida privada, dos modos de representação do indivíduo e da individualidade, estes discursos evidenciados pela classe burguesa fortaleceram-se ao passo que espaços de formalização coletivas reproduziram-se territorialmente, elevando as práticas cotidianas individuais cada vez mais ao nível de um simulacro globalmente reproduzido para manutenção das relações de (re)produção capitalista.

Com o discurso de modernidade e modernização a Burguesia Estatal que desbancara a Aristocracia Monárquica pós-revoluções, potencializa uma inversão na arquitetura dos corpos, esta inversão repercute nas práticas sociais como evidenciam alguns pensadores que tratam em suas abordagens desta inversão na arquitetura dos indivíduos perante a relação coletiva. Em sua genealogia das instituições penais e do poder de vigilância sobre os corpos o filósofo Foucault evidencia : ”houve durante a

época clássica a descoberta do corpo como alvo e objeto do poder” (FOUCAULT, 2009, p.132).

Ainda que pareça pouco aconselhável a aproximação, observo que possivelmente o também filósofo H. Lefebvre ao tratar das contradições do espaço como forma de reprodução do Capital evidencia a mudança desta lógica sobre a condução dos indivíduos durante a modernização como um passo importante para a condução de um processo de alienação do espaço e das relações espaciais quanto mercadorias. Ambos pensadores por meio de perspectivas e trajetórias distintas parecem evidenciar a importância que estes espaços de formalização e institucionalização parecem desempenhar sobre o cotidiano, sobre as relações que fortalecem discursos sobre individualidade e coletividade levando a desapropriação e expropriação no decorrer do processo histórico da chamada modernidade. Seja pela ótica da reprodução do poder evidenciada por Foucault ou pela abordagem da reprodução espacial de Lefebvre, parece que esta mudança de perspectiva é uma consideração relevante para pensarmos a princípio as diferentes escalas de atuação sobre práticas coletivas e individuais que estes espaços desempenharam ao longo do processo de modernização e ainda hoje parecem desempenhar.

Para estes autores evidenciasse ser importante pensarmos de algum modo como a ótica arquitetônica Clássica Romana que levou os indivíduos ao centro dos Coliseus para serem observados pelas multidões é invertida levando com que sobre a ótica arquitetônica do Moderno Burguês esta multidão passasse a ser observada por um indivíduo no centro do campo de visão do todo, sob a legitimidade da visão panóptica. Perante esta nova ótica de dominação e organização territorial os indivíduos e principalmente os deslocados dos discursos centrais, são evocados a participar diligentemente da reprodução do todo, levados a representar em suas individualidades

cotidianas muitas vezes discursos orientados por esta classe que se torna dominante dos meios de produção e reprodução dos espaços mundiais. Esta inversão sobre a individualidade dos corpos na modernidade expõem contradições ao nível da realização social a medida que emerge a reprodução de discursos dominantes sobre identidade e identificação.

À medida que estas instituições vão transformando-se e adequando-se espacialmente pelos territórios mundiais a inversão desta arquitetura assume importância significativa no policiamento e regulação dos indivíduos, o conceito de Panoptico proposto por Bentham emerge em meio a reformulações da estrutura destes espaços no século XVIII e impõem-se sobre os subterrâneos das singularidades como meio de reprodução da alienação dos indivíduos para com a lógica dos grupos dominantes na modernidade.

Segundo Jeremy Bentam, o Panopticon apresentava uma série de virtualidades: A moral reformada, a saúde preservada, a indústria revigorada, os encargos públicos revigorados, a economia assente como deve ser sob uma rocha- o nó górdio das leis de assistência pública não cortado, mas desatado, tudo através de uma simples ideia arquitetônica. (GONÇALVES.2010 .pg-16)

A necessidade de constituir uma formalização das relações sociais e das identidades nacionais levou as sociedades modernas a construir no decorrer de seu desenvolvimento um projeto onde a instauração de um projeto institucional como evidencia M. Foucault(2009) passou a regular e orientar a produção de espaços institucionais tais como a Cadeia, o Hospital, Hospício e a Escola, visando sempre afirmar e valorar muitos dos ideais que constituem esta nova apropriação e regulação espacial perante o processo de modernização. Este projeto de ordenação das individualidades articulou-se não apenas para as elites e o mantimento de seu status de centralidade, mas avançou de modo significativo sobre a regulação da vida cotidiana

dos comuns, dos infames. Durante o século XVIII o valor social destas instituições levou ao início de um intenso movimento de reforma de suas condições materiais e jurídicas, estes espaços como se evidencia nas ações dos chamados reformadores humanitaristas(FOUCAUT, 2010) passaram a ser de grande importância para a afirmação das normatizações e organizações territoriais dos Estados modernos e conseqüentemente do sistema de produção e reprodução do capital.

Muito do que passou a ser definido sobre os territórios mundiais tiveram e ainda hoje tem forte regulação por meio destas instituições, a relevância destes espaços institucionais pode ser um caminho para pensarmos as praticas cotidianas periféricas e a condução indentitárias impostas ao longo do processo de modernização a partir da institucionalização de um projeto de educação para as massas. Sobre a orientação destes espaços reafirma-se uma normatização dos corpos como força de trabalho, “..disciplina quanto reprodutora de uma racionalidade abstrata, da produção e da empresa capitalista..” (VERGILIO. 2010, p.74), a medida que estas instituições avançam fisicamente sobre os territórios mundiais parecem atuar na alienação das singularidades, dos indivíduos, para a reprodução do capital por meio destas instituições.

A partir desta definição moderna para a condução da sociabilidade humana, a política institucional cristalizou-se como base fundamental desta sociabilidade capitalista, que emergiu a partir de um Estado formador e consumidor de territórios e identidades. Muitas vezes por meio de regulações e direcionamentos gerais de Estado, estes espaços institucionais atuaram e atuam direta e indiretamente nas relações estabelecidas no cotidiano do espaço. A possibilidade de realizar-se este projeto de institucionalização e disciplinarização dos indivíduos na modernidade evidenciou a importância dos modos de vida, modos de ocupar os territórios e criar territorialidades, do cotidiano, para a afirmação da separação e segregação socioespacial(FOUCAUT, 2010).

“A vida cotidiana como conceito, corresponde a uma articulação que totaliza espaço e tempo na modernidade; que reúne e distingue, em diferentes níveis, o particular e o geral, o singular e o universal, o abstrato e o corpóreo” (SEABRA, 2004. p.181)

Estes espaços parecem fortalecer um discurso lógico formal onde a realidade cotidiana é evidenciada por uma tautologia que dissimula o negativo da realidade do espaço, as contradições que estes próprios espaços constituem perante o discurso modernizador não são evidenciadas por não atentarem a uma crítica sobre o discurso da organização espacial, da necessidade de reproduzirem-se totalidades na modernidade.

É relevante trazer a luz desta explanação que o fim da segunda grande guerra já no século XX marcou um momento de profunda transformação na regulação espacial, tanto a partir da atuação direta dos grandes estados que saíram fortalecidos dos conflitos e suas instituições, quanto por parte da iniciativa privada, que se fortaleceu perante o processo de liberalização e globalização. Estes atores atuaram na ordenação, partilha e reconstrução das fronteiras, territórios e ideais, tanto ao nível global, nacional, local, como principalmente cotidiano, onde parece que ações dentro do próprio processo social levaram a separação e segregação socio-espacial a evoluírem para uma auto-segregação concebida e administrada. (FOUCAULT, 2004).

A construção da declaração universal dos direitos humanos na metade do século XX em meio a este momento de grandes transformações sociais, não deixaria de refletir-se em muitos âmbitos da sociedade, como nas próprias instituições. As grades penais e curriculares passaram a organização de um sistema socioeducacional, levando a formalização e adequação destes espaços institucionais para o momento histórico. Neste momento as instituições ganham corpo de ferramenta não apenas estatal, mas também privada e atuam na difusão de ideais que promovam o desenvolvimento de uma

sociedade que esteja cada vez mais apta a consumir diretos, culturas, educação e demais mercadorias cotidianas.

É neste sentido que o poder hierárquico, que aprisiona todos no mecanismo objetivo da apropriação privada (admissão-exclusão), é também uma ditadura sobre a subjetividade. Ele é uma ditadura sobre a subjetividade que força, cada subjetividade individual a se objetivar, isto é, a tornar-se um objeto que ele possa manipular. (DEBORD,1997, p.112.)

Foi no contexto das tensões do pós-segunda guerra que surgiu a ONU em 1945, esta nova forma de atuação institucional alinhada aos ideais dos EUA , tiveram como principal fundamentação propor uma regulação para os conflitos que se mantiveram no pós-guerra e assim administrar uma forma de ordenação mundial sobre a lógica capitalista estadunidense.

A educação, assim como prisão e demais instituições a serviço do ideal moderno, mesmo a partir de suas reformulações pós-guerras e pós-revoluções técnicas, sempre estiveram muito próximas da política e dos direcionamentos que reivindicaram-se quanto instrumento da reprodução do capital. O processo histórico culminou com a revelação de uma visão contraditória a estas instituições que apropriaram-se da transmissão de valores na sociedade moderna, pois ainda que fortalecem-se sobre as reivindicações da organização e regulação espacial, mostraram que cada vez mais se direcionam a massificação e homogeneização das heterogeneidades em função de uma alienação que reivindica a formalidade da vida cotidiana e ao direcionamento a uma lógica de reprodução espacial guiado pela individualidade do consumo. Historicamente discursaram-se para a periferia como meios a uma libertação e cada vez mais parecem encaminhar os que vivem em meio a estas grades a uma relação alienada e alienante.

É relevante pensar o modo como estas instituições não apenas reproduzem-se materialmente e temporalmente no espaço, mas também como a partir de suas atuações reproduziram-se discursos individualizantes, cotidianidades alienadas, atuando ao que parece de modo a favorecer à manutenção de um padrão hegemônico de sociabilidade, “o Capital”. Ainda que repouse sobre as instituições na modernidade um discurso sobre a detenção do poder de transmissão do saber e de libertação é importante atentar quais as intencionalidades que estes espaços reservam para com a imposição de um potencial meramente reprodutivo do cotidiano periférico ao longo do processo de modernização.

FUNDAÇÃO CASA: GRADES FUNDIDAS EM SÃO PAULO

Ambiciono retratar aqui ainda que de forma breve, como ocorreu a aproximação entre o Sistema de Justiça e o Sistema Educacional no estado de São Paulo em meados da primeira década dos anos 2000 e quais possíveis argumentos levaram a manutenção e reestruturação destes espaços institucionais no estado de São Paulo.

CASA é o nome dado informalmente ao Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente, esta instituição é uma autarquia fundacional, sendo assim uma pessoa jurídica de direito público criada pelo Governo do Estado de São Paulo em substituição à antiga Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem). Esta mudança de nomenclatura se deu por meio da Lei Estadual 12.469/06, aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo em dezembro de 2006 e teve por objetivo segundo regulamentação, adequar a instituição às transformações propostas pelas reformulações do sistema nacional de amparo a criança e o adolescente, e as regulações internacionais dos direitos humanos. Ao que parece buscou atuar ainda na recuperação da imagem desta instituição que foi severamente criticada por violações dos direitos humanos e por serem inadequadas a ressocialização dos jovens que cumprem medida, a própria alteração de nomenclatura parece evidenciar a tentativa de desvincular a imagem da instituição destas críticas.

Estas Unidades Socioeducacionais estão vinculadas à Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania e têm como missão primordial aplicar medidas socioeducativas orientadas pelas normas e diretrizes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Sua função a princípio é prestar assistência em todo estado de São Paulo a jovens de 12 a 21 anos incompletos sob o regime de privação de liberdade. Saliento que

esta privação de um direito fundamental é chamada aos termos técnicos de internação e parece evocar para a pena socioeducativa, o potencial de tratamento medicinal. Como que, se bem aplicado, possa ter a eficácia da cura proposta por um discurso da doença no outro social, na delinquência marginal.

A teoria de Foucault dá um indicativo desta ação por parte das instituições modernas, em seus estudos que tratam da Biopolítica levanta que a ação por parte do poder do Estado visa atuar através destes espaços institucionais aprofundando a normatização dos corpos por meio de um discurso tecnicista, evolucionista e acadêmico. Projeta-se sobre estes corpos a perspectiva de um discurso que reafirma a intervenção sobre as massas populares, tendo as ações de intervenção pública como parte de um discurso de desenvolvimento social. O que parece não ser questionado perante esta perspectiva, é qual a real medida para estes tratamentos de internação, não apenas perante a razão política do Estado Moderno, mas principalmente para os que as recebem? Qual a real medida para aproximar cadeia e escola?

As medidas são determinadas pelo Poder Judiciário e são aplicadas de acordo com o ato infracional e a idade dos adolescentes, a criação do Plano de Atendimento Socioeducativo a partir de 2006 visou segundo a secretaria definir políticas de ampliação e padronização dos serviços prestados nas unidades de Internação, Internação Provisória, Semiliberdade e Liberdade Assistida. Esta remodelação na Área Pedagógica possibilitou a ampliação da grade curricular das aulas do ensino formal e a implantação de um novo plano pedagógico, com o objetivo segundo secretarias de melhorar o atendimento aos internos na área escolar e profissionalizante.

A partir destas transformações executadas pelas secretarias de estado da Justiça e Educação todos os adolescentes atendidos em centros socioeducativos de São Paulo passaram a ter acesso obrigatório ao ensino formal ou educação escolar. Este trabalho é

coordenado pela Gerência de Educação Escolar da Superintendência Pedagógica da Fundação CASA e somente é possível por meio de uma parceria com a Secretaria de Estado da Educação. Em termos legais, esta parceria assegura o direito à escolarização conforme está previsto no ECA, LDB e SINASE e em resoluções da Secretaria de Estado da Educação.

Segundo as propostas estabelecidas pelas secretarias leva-se em consideração a especificidade da demanda no tocante à heterogeneidade de idade, de aprendizagem e escolaridade, histórico de vida, grande rotatividade, instabilidade emocional e afastamento do convívio familiar, as classes escolares propriamente ditas instaladas nas Unidades destinadas aos adolescentes privados de liberdade pertencem administrativamente às escolas da Rede Estadual de Ensino. Assim, a emissão e expedição da documentação escolar são de responsabilidade dessas escolas denominadas vinculadoras.

A escolarização que atende aos adolescentes em situação de internação provisória acontece através do Projeto Educação e Cidadania (PEC), legitimado através da Resolução/SEE 109/2003, este consiste em uma proposta de escolarização “bisseriada” que foi especialmente elaborada para esta modalidade de atendimento, possui organização curricular diferenciada atendendo ao caráter transitório de permanência do aluno na Unidade, apresenta assim em sua orientação à uma metodologia reflexiva na qual a proposta de trabalho em sala tenha finitude diária. Para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação são adotadas as Propostas Curriculares dos Cursos de Ensino Fundamental e Médio regulares da Rede de Ensino Estadual, com adequações determinadas pelas especificidades da medida.

Este novo modelo de gestão desta instituição prisional até 2005 apresentavam-se organizados em grandes complexos na Capital, a mudança no direcionamento

político levou a descentralização das unidades, e a uma inversão da distribuição espacial nas unidades de detenção para menores no estado de São Paulo. Segundo a secretaria de justiça a política de atendimento das unidades visa á descentralização, com a Construção de unidades pequenas, administradas em parceria com o terceiro setor e com capacidade para atender até 56 jovens. . Hoje cerca de 44% da unidades da Fundação CASA estão no Interior, 38% na Capital e os restantes distribuídos na Grande São Paulo (12%) e no Litoral (5%).¹

Segundo a Secretaria de Justiça estas novas unidades foram construídas para que os jovens sejam atendidos próximos de suas famílias, funcionando de acordo com as regras propostas pelo Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), que limita a um total máximo de 96 o número de adolescentes para cada unidade de internação. Inevitável pensarmos as ações predeterminadas pelas normas jurídico-administrativas e quais as efetivas realidades para a realização e cumprimento destas medidas.

Por experiência pessoal pude observar que em algumas unidades que lecionei estes números não estavam adequados as definições propostas pelo SINASE, e mesmo o discurso de descentralização visa colaborar com a lógica de reprodução espacial. Um fato relevante para refletirmos a partir desta ação de descentralização não apenas das unidades de internação para crianças e adolescentes, mas do sistema penitenciário como um todo no estado de São Paulo pós 2006, é a ação de reprodução e mobilização espacial. À medida que muitas unidades foram realocadas no interior do estado, muitas das cidades que as acolheram tiveram sua dinâmica alterada, seja pela realocação definitiva ou temporária de familiares em períodos de visitação, seja pela repercussão que geraram nas comunidades. Acredito que seja importante aprofundar esta observa o

¹ Dados fornecidos em meios oficiais da Secretaria de Justiça e Fundação CASA.

e saliento aqui que neste relato não tive por objetivo maior que não o de evidenciar este aspecto da reordenação do sistema educacional e prisional.

Com esta reorganização dos sistemas de justiça e educação, realizou-se uma Regionalização Administrativa² onde dividiu-se a fundação em 10 grandes regionais, cada uma destas recebe seu orçamento próprio e foi atribuída autonomia tanto para realização de licitações, quanto para executar decisões estratégicas no atendimento às medidas socioeducativas previstas na jurisdição. As principais atribuições dadas a estes espaços pela secretaria de Justiça são: Cumprir as decisões da Vara da Infância e Juventude; Elaborar, desenvolver e conduzir programas de atendimento integral, que incluem a profissionalização e a reintegração social do adolescente; Selecionar e preparar pessoal técnico necessário à execução de seus programas e objetivos, e aprimorar a sua capacidade profissional, mantendo para isso atividades de formação contínua e aperfeiçoamento; Participar de programas comunitários e estimular a comunidade no sentido de obter a sua indispensável colaboração para o desenvolvimento de programas de reintegração social e/ou cultural, educacional e profissional dos adolescentes; manter intercâmbio com entidades que se dediquem às atividades que desenvolve, no âmbito particular e oficial, celebrando convênios e contratos com as mesmas, sempre que conveniente e/ou necessário à harmonização de sua política, ou ao cumprimento de seus objetivos; propiciar assistência técnica aos municípios que pretendem implantar obras ou serviços destinados ao mesmo objetivo.

Sabendo-se do papel histórico desempenhado por estes espaços institucionais, quanto às técnicas de dominação territorial e normatização das individualidades a partir das normatividades do Estado na modernidade. Tanto escola, quanto prisão, colaboraram para a formalização de uma lógica dominante, de um discurso a cerca da

² www.fundacaocasa.sp.gov.br

verdade durante o transcurso do processo de modernização. Não creio que esta fusão entre as grades prisionais e curriculares no Estado de São Paulo evidenciem muitas surpresas uma vez que ambas, principalmente com as transformações jurídicas em prol dos direitos humanos e civis pós guerras, evidenciam um remodelar para com a separação e segregação sócio espacial que avança em direção a uma auto segregação, para esta o papel da transmissão de conhecimentos parece ocupar importância e imprimir empenho dos governantes para a restituição destes espaços, não necessariamente por parte do poder publico.

Segundo NUPRIE(2009)³ após intervenções e reestruturações na antiga FEBEM⁴ passaram a existir no estado de São Paulo 190 unidades da atual Fundação CASA, sendo que maior parte das unidades esta localizada em áreas não centrais, tanto na capital quanto no interior.⁵

³ NUPRIE: Núcleo de Produção de Informações Estratégicas da Fundação

⁴ Fundação Estadual do Bem Estar do Menor.

⁵ Não foram localizadas representações contendo a localização das unidades dentro da grande São Paulo. Menciono algumas das unidades que lecionei e que evidenciam a localização em áreas não centrais: Leopoldina, Pirituba, Raposo Tavares, Osasco. Acredito que a localização evidencia a tentativa de higienização espacial.

A CASA VIRADA: ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER

A regulação política para estes espaços reformulados propõem ações normativas para todos os atores que participam da organização e orientação das ações cotidianas nas unidades da CASA⁶. Como em todo território atravessado por direcionamentos políticos, neste também há uma disputa de poder que define papéis à todos os envolvidos no cotidiano deste espaço institucional.

Em função desta disputa orientada por uma arquitetura policial, media-se uma relação de dominação e subordinação entre, agentes, internos e professores e que regula-se cotidianamente em uma tensão para manter-se o domínio e a lógica de organização institucional da unidade definida pelos parâmetros do Estado. Ainda que as diretrizes e dados da secretaria de justiça, indiquem fatores favoráveis a nova forma de administração destas instituições, a possibilidade da CASA virar, ou seja, de sair do controle da administração da secretaria de justiça, evidencia muitas vezes na relação cotidiana um jogo de interesses, de possibilidades e impossibilidades não apenas para os menores, mas também para os próprios funcionários da unidade.

Ainda que o foco destes espaços sejam os jovens tutelados, e as reformas realizadas evidenciem um papel socioeducativo para as unidades, o discurso da capacitação de funcionários é recorrente entre as secretarias de estado que atuam no direcionamento das grades destas instituições. Com as mudanças ocorridas durante a fundação da CASA passou-se a recorrer ao discurso de capacitação de funcionários das áreas de Pedagogia, Segurança, Saúde, finanças e administração, isto muito possivelmente parte dos planos de recuperação da imagem desta instituição e buscando dar aplicação às diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e à política de

⁶ Fundação CASA: Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente.

atendimento preconizada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, secretaria de justiça tem focado o investimentos na capacitação de funcionários.

Em 2006 juntamente com a reformulação do sistema de amparo ao menor infrator, foi criada escola destinada à Formação e Capacitação Profissional⁷, esta visa segundo discursos da secretaria de justiça ampliar as ações do antigo Centro de Estudos e Formação Profissional, tendo como principal atribuição atender à demanda de capacitação, desenvolvimento, extensão e aperfeiçoamento profissional dos aproximadamente 12 mil servidores da Fundação CASA-SP e de seus diversos parceiros do chamado terceiro setor. É sem duvida por meio deste discurso que se constroem sobre a violência e a disciplinarização dos corpos um negócio extremamente rentável em tempos de crise de reprodução do capital, o discurso modernizador evidencia na apropriada especulação sobre a possibilidade de reformulações dos sistemas penitenciários e educacionais um negocio extremamente rentável e lucrativo para os administradores das ações.

Responsável pela elaboração e execução da política de formação dos profissionais que atuam nas unidades, a EFCP tem como discurso normativo a multidimensionalidade do processo de formação, ou seja, considera que esse processo vai além da ampliação de competências técnicas, devendo promover espaços de reflexão sobre as práticas socioeducativas e, portanto, possibilitar a transformação dessas práticas. Partindo das premissas da secretaria de justiça as ações de formação buscam a articulação entre teoria e prática, a construção coletiva do conhecimento, a troca de experiências, a valorização dos saberes profissionais, a reflexão crítica, a sistematização e o registro das práticas cotidianas.

⁷ EFCP: Escola de Formação e Capacitação Profissional.

A contradição destes discursos normativos ao nível da prática cotidiana evidencia-se a medida que estas orientações externas buscam sua efetividade no cotidiano das unidades e nos atores que participam desta organização. A formação dos agentes públicos visa qualifica-los a atender as orientações políticas e os direitos estabelecidos aos menores, seja os direitos humanos, quanto os civis. Afirmar nestes agentes que até pouco tempo tinham uma formação mais focada em técnicas de segurança, técnicas pedagógicas que adequem ao menos em diretrizes político administrativa o perfil destes envolvidos na formação sócio-educacional das crianças e adolescentes mostra-se como um grande desafio na pratica cotidiana.

A hierarquia nas unidades segue primeiramente as diretrizes da secretaria de Justiça e, portanto a organização cotidiana deste espaço é atravessada por ações diretas da política publica de segurança. Por meio desta é que são concedidos poderes majoritários ao diretor de unidade, é importante salientar que este cargo é ocupado por indicação de superiores da política de Estado. Junto a figura do diretor seguem-se cargos técnicos de áreas administrativa, medica e de segurança como atores de confiança do diretor e da secretaria de Estado. Os quadros educacionais incorporados nas unidades a partir de 2006, tanto os docentes da secretaria de Educação quanto os socioeducadores do terceiro setor, ficam restringidos de ações de planejamento e atuação, isto evidencia certa contradição para atuação dos docentes e para as implementações das diretrizes socioeducativas a que estão enquadrados estes espaços. A dita horizontalidade a que se propôs, perante as reformulações não alteraram a antiga estrutura organizada de forma hierarquizada e mediante relações de poder e controle, mediante este discurso socioeducativo a chamada transformação da antiga FEBEM em CASA vira uma falácia.

Vinculada à Diretoria Técnica da Fundação CASA, está a Superintendência Pedagógica, e é a partir das orientações desta diretoria que os quadros pedagógicos terão suas orientações institucionais. Esta superintendência pedagógica tem por competência institucional estabelecer e implementar as diretrizes e políticas educacionais da instituição. É ela quem determina os rumos do atendimento pedagógico para a internação provisória e as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, seguindo as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Pensar esta casa CASA quanto o lugar para cuidarmos de nossas crianças e jovens, é em si uma brutalidade, ainda mais quando tratasse de crianças e adolescentes não tão privilegiados perante a hierarquia de poder que se evidencia perante a modernização. Trato aqui das atenções e desatenções sobre os periféricos, marginais, pois como mencionado cotidianamente por diretores e agentes, a clientela⁸ da CASA é composta por delinquentes e marginais periféricos, este discurso parece remeter a velha impunidade para com os delitos dos centrais, dos normativamente e centradamente educados. Será que apenas os infames estão suscetíveis a delinquência? Seja para os internos que ficam confinados integralmente, quanto para os que ganham a chamada semiliberdade que lhe confere a possibilidade de cumprir o restante da pena em liberdade, o controle tende a ser segregador e castrador de transformação sobre perspectivas e discursos já impostos sobre estes corpos.

Em relação aos adolescentes privados de liberdade, o primeiro desafio deliberado pela superintendência de educação da casa para os agentes educativos das unidades está em garantir acesso a uma escola de qualidade, para que possam aprender

⁸ Termo usado tanto pela Secretaria de Educação quanto de Justiça para referirem-se as crianças e adolescentes

as habilidades e as atitudes necessárias à vida social, conhecer a herança cultural da humanidade, exercitar sua curiosidade e, fundamentalmente, dominar os instrumentos para continuar aprendendo de forma autônoma. O segundo desafio está na execução de ações complementares à educação escolar, bem como, a educação profissional, os esportes e a cultura. O terceiro está justamente em possibilitar que haja articulação harmoniosa entre todas as ações desenvolvidas nestes espaços, num compromisso para com a formação cidadã.

O papel atribuído ao socioeducador a partir dos termos e direcionamentos da superintendência pedagógica parece evidenciar uma abertura para com a possível construção da cidadania por meio do papel educacional destes espaços, mas perante o encontro cotidiano entre educadores e internos, minha experiência com a organização socioeducativa da CASA na prática cotidiana possibilitou-me refletir acerca do papel destas instituições. Em relação ao contexto da organização da casa, o papel atribuído ao professor, nem sempre se abria a possibilidade de uma atuação comprometida com o rompimento do clientelismo e com as relações de favor social, cotidianamente o enfraquecimento do papel do educador evidencia uma restrição formativa para os jovens que evoca um caráter meramente reprodutivo. Estas questões parecem hora ligados à hierarquia institucional e a capacidade de reprodução a crítica dos docentes, hora evidencia-se por um descaso destes para com as dificuldades de lutar-se por garantir direitos em detrimento da manutenção de suas de reprodução financeira.

Relato infelizmente que em muitos casos colegas que presenciam cenas de tortura e agressão, muitas vezes por questões de preservação do conforto salarial, ou mesmo pelo medo de represálias por parte de agentes e diretores evitam denunciar, pois mais que a ética profissional, perder o emprego pode representar um retorno à infâmia. Infelizmente as contradições são inúmeras, mas creio ser importante evidenciar que

maior parte dos educadores que atuavam comigo pela da Secretaria de Educação dentro destes espaços institucionais, exerciam atividades sem vínculo empregatício que gerasse a menor estabilidade, emocional e muito menos financeira, uma vez que os contratos eram firmados em caráter eventual, eximindo o Estado quanto contratante de qualquer direito trabalhista, as próprias relações de trabalho incluindo ai tipo de contrato e salários, não estavam de acordo para com o exercício da função.

Em minha primeira entrevista para a contratação, precisava de um aval final do diretor da unidade, não bastou a aprovação da Secretaria de Educação, tive que passar pela aprovação do diretor da unidade. Lembro-me que no dia, de forma direta e impositiva o diretor e o chefe dos agentes realizaram um movimento de intimidação, contra qualquer movimento que se evidencia o saber geográfico como algo de potencial reflexivo, minha formação e a própria Geografia parecia ali perder qualquer sentido ou ligação com a realidade critica que almejava. O diretor da unidade logo enfatizou:- Aqui não gostamos de alunos da USP e eu sou formado em Geografia, Pedagogia, História e o que quero, é que meus alunos saibam tudo do seu país, cidades, capitais, rios. Já tive problemas com antigos professores. e tive que manda-lo embora.

A relação de poder estabelecida nestes espaços evidencia uma precariedade para atividade educacional, ainda que abertos em seus discursos e novos direcionamentos socioeducacionais, contrapor-se as regulações da Secretaria de Justiça, mesmo para coordenadores da Secretaria de Educação que almejavam transformações, era e sempre será um ato político que requer muita potencia para sustentar-se, pois a opção por uma dada geografia, como a discursada pelo diretor de unidade é a opção por um dado tipo de sociedade e logo de cidadania. Ainda que as regulamentações aparentem orientar e priorizar currículos educacionais comprometidos com a formação cidadã dos internos, a orientação superior das casas em sua maioria inibe

cotidianamente atuações por parte dos educadores que possam repercutir em aprimoramento da capacidade reflexiva e crítica das crianças e adolescentes. Como, por exemplo, a própria reflexão sobre a condição de alienação das práticas espaciais, não eram tidas como premissas para o estudo da Geografia, ao menos nas 6 unidades em que atuei como professor de Geografia.

As ações extraclasse para os professores da Secretaria de Educação nas unidades eram dadas como possibilidade, mas apenas enquanto programa de transformação socioeducacional desta falida instituição, na prática as realizações davam-se mais precárias e realmente inexistentes, o convívio cotidiano restringia-se as “celas de aula”.

O acirramento contemporâneo sobre o papel a ser desempenhado sobre os transmissores de conhecimento, sobre aqueles que de algum modo podem atravessar ou infelizmente reafirmar a transmissão que vem orientada pelo Estado e pelas mídias privadas para os infames, mostra orientações e regulações nada estimulante a libertação de paradigmas, sempre limitantes para quem desempenha ou tenta desempenhar este papel. A própria falácia despertada a cerca da dita escola sem partido e bem possivelmente sem capacidades de reflexão crítica, evidencia a mediocridade da orientação curricular que muitas vezes impõem-se sobre o cotidiano escolar de modo transversal.

A escola ou ainda sobre a perspectiva que assumi a cadeia, ambos aqui pensados quanto locais de transmissão, parecem inevitavelmente por nossos modos de operar sempre ter uma orientação, um currículo a seguir, isto pode fazer destes espaços uma faca de dois gumes, pois como evidencia Antônio Flavio Moreira(1994) a partir desta orientação entre escola e currículo que lhes orientam que estes espaços poderão ser pensados para estimular uma possível liberação da condição de alienação espacial ou para preservar a dominação e a própria condição de alienação.

A relação cotidiana a individualidade de cada educador, sua potência singular para atuar no processo de transmissão, para conscientizar criticamente e intervir para uma possível insurreição dos usos cotidianos por meio do processo de transmissão, deve acreditar eu ser pensada por meio destes atravessamentos curriculares impostos aos espaços institucionais, mas creio ainda assim ser importante pensar a própria formação dos que formam, não apenas dos que estão sendo formados. Caso não atentarmos para estes atravessamentos e contradições, educar como convenientemente chamamos ou ainda transmitir conhecimento pode colaborar para a instituição de um saber que não nos faça olhar para nossas próprias perspectivas, reafirmando assim possivelmente uma identidade egóica de visão de mundo limitada e por consequência limitante de experiências libertadoras.

As totalidades parecem inevitavelmente nos assombrar, nem guerras, nem reconstruções parecem nos desviar socialmente do definhamento individual e coletivo imposto por este limite da busca por totalidades, durante a modernização imposta pelo capital e sua sociabilidade contraditória. Ainda que a potência presente na transmissão, para qualquer espécie animal que use deste artifício cognitivo pareça evidenciar os riscos e contradições de uma formação orientada, parece-me quanto espécie humana tão banal tratar aqui sobre alienação a medida que a diminuição de minha miséria nas últimas décadas, veio a difundir veladamente em mim a mediocridade de minha existência, uma vez que se estar no centro não é ser central.

Foi neste convívio cotidiano que passei a perceber o jogo que se estabelecia, digo aqui a partir de minha implicação em uma unidade, mas logo por depoimentos percebi que ocorre em todas unidades, um jogo de alívio-tensão entre agentes- agentes, este jogo muitas vezes tem por objetivo formar grupos que ganhem poder e possam

orientar, diversas ações no espaço, desde escalas de serviço, postos e mesmo o jogo que parece ser o clímax na casa, o virar ou não.

O jogo de tensão da casa virada ou não, afetava cotidianamente a todos, muitas vezes o corpo docente ficava impedido de entrar na casa e mesmo de ter acesso ao pátio onde se encontravam os menores. Esta perda de acesso aos menores mostrava certa fragilidade nos laços estabelecidos entre educadores e agentes, muitas vezes até mesmo tratados com certa hostilidade por agentes que não afirmavam a concordância com a presença dos educadores nas unidades, sempre alegando o fato de que os professores não tinham formação da secretaria de segurança e firmando assim uma forma de policiamento dos próprios educadores no interior da CASA.

Neste cotidiano hostil emergia a negociação entre menores e agentes para a virada da casa, impressionante perceber que dois atores tão antagônicos aproximavam-se para com quais intenções? O poder e a tomada deste parece sempre emergir perante as relações cotidianas, e na intenção de chegar ao cargo de diretor, muitas vezes agentes de pátio eram levados a fomentar ações de perturbação da organização da unidade para que isto atingisse a reputação do diretor e levasse a sua demissão, esta demissão deixaria um cargo vago e a possibilidade de uma indicação. Muitas vezes as pessoas que chegam a cargos superiores ao nível de agentes de segurança, fomentam estes jogos internamente, fazendo muitas vezes que os menores fiquem envolvidos com estes.

Segundo Observatório de segurança pública da Universidade Estadual de São Paulo, dentre as inúmeras crises da instituição, juntamente com um quadro de práticas autoritárias e de denúncias de maus-tratos às crianças e adolescentes internados, o que mais chama a atenção é a constante transferência de responsabilidades entre as várias instâncias envolvidas na crise, seja no plano político, educacional, judiciário ou administrativo. O que se percebe é que as instâncias não assumem o problema como

constitutivo de suas responsabilidades e o que acaba transparecendo é uma verdadeira ciranda perversa em que cada parte fica “culpando” a outra. Não há uma reunião de esforços na tentativa de se minimizar a tensão e provavelmente nunca existira, pois na visão de quem controla o processo hierárquico esta deve ser a função real destes espaços.

O fato é que a crise existe há muito tempo, explodiu mais de uma vez chegou a níveis intoleráveis, com consequências desastrosas para os internos, familiares e também funcionários. A situação ainda exige uma atenção maior do poder público e da sociedade civil que tende a velar a existência e finalidade destes espaços de reclusão e formação.⁹

De forma sutil e eficiente o processo de alienação das práticas cotidianas, as massificações indenitárias, parecem favorecer a logica de reprodução do capital, a medida que as praticas cotidianas parecem cada vez mais apropriadas e formalizadas por estas instituições e por outros possíveis desdobramentos que neste momento apenas evidencio, tal como: mídia e seu papel publicitário e identitário. A prática educacional nestes espaços parece evidenciar ao nível da experiência institucional aspectos para pensarmos a contradição existente na própria lógica de organização cotidiana destes espaços.

⁹ Informações contidas em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/imprensa/febem>

IMPLICAÇÃO PEDAGÓGICA E CONTRADIÇÕES NAS REFORMULAÇÕES SOCIOEDUCACIONAIS

A dinâmica socioespacial no desenrolar da modernidade evidencia inevitavelmente as orientações por parte destas instituições a serviço do Estado Moderno, as formalizações e institucionalização social do que passou a orientar-se por individualidade na modernidade seguiu sem dúvidas os limites destas grades, educacionais, prisionais, manicomiais e mais que tudo identitárias.

As reformas e intervenções realizadas nestes espaços de internação juvenil na última década evidenciaram iniciativas para a manutenção estratégica destes espaços. Historicamente por meio destes atuou-se em pró de um controle social, de uma apropriação espacial orientada pelos interesses do Estado e do Capital, sempre atuando com maior determinação sobre os espaços periféricos e sobre a constituição de uma identidade periférica. Inevitavelmente tanto cadeia, quanto escola constituíram ao longo do processo histórico da Modernidade bases sólidas para a alienação das práticas sociais periféricas e para a própria automatização das práticas de transmissão de conhecimento.

A aparente dualidade institucional existente entre escola e cadeia não apresentou barreiras para a efetivação de um projeto unificador entre as grades que orientam a organização cotidiana nestes espaços. Nem mesmo em suas fundações quanto instituições a serviço do Estado Moderno, nem mesmo pela reformulação contemporânea que brevemente evidenciei, estes espaços parecem ter sido concebidos como contraditórios, ao contrário, evidenciaram-se como complementares ao projeto de controle social, de generalização da própria

identidade burguesa na modernidade, dicotômica e impositiva de uma lógica centro-periférica.

Neste viés institucional onde cada vez mais autonomia parece alienar-se a orientações da parceria Estado-Capital, evidenciam-se sem duvidas grandes obstáculos para pensarmos em uma construção critica de nossas perspectivas e praticas por meio destes espaços institucionais. Esta aproximação entre as Secretarias de Segurança e Educação ao evocar uma nova normatização e reestruturação das grades das unidades de internação juvenil, buscou dar a estes espaços de reclusão o papel de morada, tentando delegar à CASA a missão de cumprir com requisitos contemporâneos, que acredito ainda terem que ser pensados, para uma formação de cunho mais cidadão.

Partindo destas reformas ocorridas a partir de 2006 e de minha implicação institucional passei a especular a cerca das possibilidades e impossibilidades de pensarmos um desvio para o papel histórico atribuído a estes espaços institucionais a partir dos encontros de transmissão de saber, da pratica pedagógica. Penso se esta CASA aqui revisitada por mim e reformulada perante discursos contemporâneos o lugar para cuidarmos dos homens e mulheres infames? Da infâmia, dos infantes? Seria realmente a proposta das reformulações politicas atuar em pro dos internos e em sua transformação quanto agentes sociais críticos?

Por este percurso que evidenciei até aqui não nego o possível positivismo e romantismo existente nesta minha indagação, talvez não exista possibilidade de se afirmar uma CASA como o lugar do cuidar, do despertar da alienação, de uma conscientização social critica, parece que perante as relações de poder e empoderamento tão recorrentes a estes espaços afirmar-se prioritariamente

quanto lugar do especular, do gerenciar os percursos da morada coletiva, da moral individual.

Pensados historicamente como princípios fechados da formalização e controle do que fora socialmente incluído pelo capitalismo, mesmo que sobre o signo do marginal, do infame, posto a periferia dos antagonismos, dos discursos dominantes, nestes dois espaços institucionais que se aproximaram nesta nova ordenação apresentada a partir da extinção da FEBEM e formulação da fundação CASA, talvez permitam aqui repensar mais que o sentido destas ações políticas para estes espaços, o papel dos agentes pedagógicos perante a implicação nestes espaços, perante a escala do encontro cotidiano. Qual a potencia de transformação social ou alienação existente no papel do educador? Quais atravessamentos orientam a possibilidade de atuarmos quanto veiculadores da crítica social, da cidadania, se é que assim podemos definir a luta social na atualidade, ou quanto mantenedor dos discursos alienantes que historicamente foram impostos a estes espaços.

Como evidencia Amélia L. Damiani(2010) é importante pensarmos em meio a dinâmica social cada vez mais alienante e enfraquecedora das lutas sociais, as possíveis restrições a uma nova ética, a um desvio para este papel formal que assume o educador perante a práxis social. Estes espaços constituíram-se como parte de um sistema publico de ações sociais, evidenciaram-se quanto parte das condições gerais de reprodução do capital e contraditoriamente parecem muitas vezes inibir a possibilidade de afirmação de um contrato de cidadania,¹⁰ pois “alienação do espaço e cidadania configuram um antagonismo a considerar” (DAMIANI, 2010. p.56).

¹⁰ Termo utilizado pelo grupo de Navarrenx. In: DAMIANI,(2010)

Talvez por parte das perspectivas distintas que ocupei durante este percurso institucional, tenha aqui certa ressalva em reafirmar positivamente a construção desta ética orientada por padrões normativos do que é ser cidadão. A tentativa do Estado de empoderar¹¹, o infame conforme novas regulações e discursos sobre cidadania, mais que tudo parece realocar os periféricos na fantasiosa disputa pelo poder, pelo domínio, pelo acesso e mais que tudo pela eficiência do consumo, afirmando assim novas orientações para a velha disputa territorial, para a manutenção da separação e segregação do espaço. Parece restringir-se a possibilidade de uma nova ética ao reafirmar nesta nova identidade social papéis limitados entre a dignidade e a marginalidade. Possivelmente nem trabalho, nem crime e nem cidadania sejam capazes de dignificar o ser e estar dos infames, em ambos parece repousar sutilmente mascarado um auxílio na manutenção dos preceitos burgueses, da reprodução do capital.

O cidadão, assim como as demais identidades que orientam o ser periférico, mais que requerer um direito a cidade parecem reafirmar o um acesso ao mundo do consumo, aos sonhos privados que levam a regulações identitárias, produzem singularidades cada vez mais egóicas e menos coletivas perante o jogo da modernização. Estes espaços evidenciam aspectos de um processo de formação identitária para a periferia, onde hora a formalização da identidade do trabalhador é valorada pelos agentes e educadores, hora a identidade da marginalidade e ostentação é glamurizada pelos próprios internos, sem que a contradição aparente em ambos os discursos deixe de reafirmar o mundo do consumo. As contradições existentes nestes papéis dificilmente são pensadas

¹¹ termo amplamente difundido dentro do léxico do Banco Mundial

perante uma perspectiva crítica e não positivadora da lógica capitalista que orienta a dinâmica sócio espacial, uma vez que o discurso identitário a cerca do consumo e acesso opera tanto no âmbito físico por meio da fetichização sobre a mercadoria, quanto no âmbito metafísico onde orienta o papel social por meio da ostentação.

Acredito ser importante pensar o papel que o educador detém nesta relação de transmissão de saberes, de desvelamento das tradições do mundo, pois ainda que exista um direcionamento estatal para as conduções da dinâmica cotidiana nestas unidades que atuei como professor de Geografia, a efetividade destas orientações passa pelo encontro entre professor e estudante. É neste momento singular que a atuação de transmissão de saber pode repousar por uma lógica formal de mera identificação e catalogação de saberes, de verdades, como se evidenciou historicamente nas práticas educativas formais, ou ao menos buscar ancorar-se em uma lógica dialética onde a construção deste saber formal acerca da dinâmica sócioespacial passe por um crivo crítico e comprometido com a realidade, não com uma verdade político-normativa. Penso perante este atravessamento político mais que tudo, a luta formativa de cada educador, a necessidade cada vez mais latente de pensarmos o papel da formação dos que passam a ocupar estes espaços institucionais, do meu próprio papel. Pois para além de um cidadão que repousa sobre discursos normativos gerais, a eficiência destes discursos mais que tudo parece depender dos encontros e dos que nele estejam envolvidos na organização cotidiana.

Sem dúvida a organização cotidiana destes espaços contraditoriamente as regulações políticas para a nova CASA demonstram não autorizar plenamente a realização de uma ação ética por parte dos educadores comprometidos com o

desvelamento da realidade ou ao menos com a efetivação destas diretrizes ditas sócioeducacionais ou ainda cidadãs. Tem-se no campo prático a tentativa de orientação e ordenação, muitas vezes por meio de assédios morais por parte de superiores ligados ao sistema de justiça, que atravessam as políticas públicas, os educadores e reafirmam o ensino de verdades.

Muitas vezes a possibilidade de desviar estes limites cotidianos passa por uma ergonomia dos envolvidos na hierarquia cotidiana das unidades, para muitos educadores mais que lutar pela conscientização dos limites reprodutivos da identidade moderna, individualista e egoica, compromete as possibilidades de transformações coletivas por prazeres particulares, por seus discursos individualistas e morais, mascarados em falas vazias e que afirmam o exercício de suas cidadanias nos discursos de estou fazendo meu papel social, educando e pagando meu viver, ou seja exercendo minha cidadania e reafirmando a cruel sociabilidade do valor.

Recordo aqui um breve diálogo travado em sala de aula durante a realização de um convite para os alunos do departamento, para participar de atividade voltada às práticas educacionais. Durante a realização do convite a professora responsável pela sala realizou o seguinte questionamento: - Quem irá lecionar pós-formado? Como resposta, não houve surpresas, poucas mãos suspensas; como resposta alternativa um grupo alertou que se não houvesse outra alternativa iriam assumir este papel quanto Geógrafos formados. Como argumento principal este grupo mencionou a falta de autonomia nestes espaços, mas mediante esta tentativa de refletir sobre estes espaços pode constatar que questões referentes a trabalho e remuneração, são mais eficientes no afastamento de muitos dos meus colegas destes espaços, desta luta que atravessa a todos.

A contradição esta posta como principio desta implicação que tentei retratar, ainda que contraditório este espaço guarda em si a duplicidade do encontro, a possibilidade de afirmação do papel alienador da educação burguesa ou ainda a possibilidade de mover-se quanto implicado em direção ao desvio, a implosão das regulações por meio da inconstância existente em cada encontro, mesmo que a qualquer momento a CASA possa cair.

Não tento aqui reafirmar a ação pedagógica quanto formadora da cultura e de regras de civilidade. Sem duvida a cultura quanto reprodutora de padrões é um viés de contradição, uma vez que definir uma cultura muitas vezes pode suprimir outras. Importante pensarmos se “não seria a cultura mercadoria que nos leva a consumir outras culturas?” (DEBORD,2002). Mais que importante é rever nossos discursos e recursos culturais, nossas praticas pedagógicas e sociais.

Acredito que os desafios a transformação da logica sócio espacial dominante repousam sobre os dilemas posto a transmissão de saberes na modernidade como evidencia o filosofo W. Benjamim(1994), nesta nova tradição que encontramos perante nossa pratica educacional estamos muito restritos a formar, formatar sem ao menos realizar questões que parecem fundamentais para as transformações desta lógica dominante. Formatar para que? Para quem? O estar no mundo, o ser pro mundo, as possibilidades e impossibilidades de olharmos ainda que utopicamente para um cuidar do mundo(2005) passa pelo atravessamento das relações de transmissão de saber, na modernidade mais que nunca passa pelos espaços institucionais e pelos encontros cotidianos.

A construção do conhecimento é realmente dinâmica, não assume forma única, não é regulada restritamente por espaços e tempos específicos, flui em

uma relação que se estende e complica-se cada vez mais que se adentre ao desafio de olhar para os indivíduos envolvidos nesta construção e para as influências que a transmissão do conhecimento pode reter socialmente quanto potencia alienante ou transformadora.

Sobre estas instituições e sobre os que a representam cotidianamente parece residir ainda uma relação propícia a lógica de exploração capitalista e a seus ideais alienantes e individualizantes, ainda que tenhamos tentado ao longo da última década por um olhar positivo na potencialidade da consciência social-critica ou ainda dos discursos burocráticos sobre cidadania subverter a “Cultura Burguesa”, parece ainda um grande desafio a ser percorrido superar esta cultura formalista e normativa.

Acredito a partir de meu percurso de graduação neste departamento ter certa relevância atentar para os espaços institucionais escolares e prisionais, e não apenas para estes. Pensar como estes espaços atuaram e ainda hoje parecem atuar no processo de formação identitária da infância periférica, que papel pode vir a constituir nas práticas cotidianas perante o processo de apropriação espacial e alienação das práticas cotidianas. Perante este breve memorial tentei expor minhas reflexões acerca do tema, algumas evidências de que a CASA assim como qualquer morada coletiva ou individual segue sobre vigia constante e mais que preocupante é estar reafirmando-se ao passo que vai partindo-se. Ao passo que cadeia vai se partindo, escola torna-se sem partido e assim tudo segue se despolitizando conforme projeto da modernidade, a miséria dos infames é proposta pro mundo Capital sem que estes espaços cumpram uma função social efetiva de transformação na lógica e perspectivas individualistas que temos por referência em nosso tempo.

BIBLIOGRAFIA

ARENDDT, Hannah, **A crise na educação**. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BENJAMIN, Walter, **O narrador**. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov, In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo: Brasiliense, 1994. p.197-121. -(obras escolhidas; v.1).

_____, **A doutrina das semelhanças**, In: *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo: Brasiliense, 1994. p.108-113, -(obras escolhidas; v.1).

_____, **Reflexões: A criança, o brinquedo, a educação**, São Paulo: Summus, 1984.

BORGES, Jorge, **Historia Universal de la infamia**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

DAMIANI, Amélia, **Geografia e a construção da cidadania**. In: *A geografia na sala de aula*. Org. Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: Contexto, 2010. p.50-61.

DEBORD, Guy, **Situacionista teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad, 2002. p.78.

DIAS, Paulo, **Economia Política da Educação de massas: a Escola Pública como condição geral de produção do capital**. São Paulo, sn., 2010. p.78.

FOUCAULT, Michel, **A vida dos homens infames**. In: _____. *Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel, **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.132.

GOFFMAN, Erving, **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961, p.22. p.16.

GONÇALVES, Pedro. **A Era Do Humanitarismo Penitenciário: As Obras De John Howard, Cesare Beccaria e Jeremy Bentham**. Revista da Faculdade de Direito da UFG, [S.l.], v. 33, n. 1, p. 9/17, 2010.

JESUS, Carolina, **Quarto de despejo**. São Paulo: Francisco Alves, 1960, p.9.

MARTINS, Sérgio, **Crítica à economia política do espaço**, In: *O espaço no fim de século: a nova raridade*, São Paulo: Contexto, 1999, p.19.

MOREIRA, Antônio, **A formação de professores na Universidade e a qualidade da escola fundamental**, In: *Conhecimento educacional e formação do professor*, Org. Antônio Flavio Barbosa Moreira. Campinas: Papirus, 1994, p.127-138.

SEABRA, Odette, **A insurreição do uso**, In: *Henri Lefèbvre e o retorno à dialética*. Org. José de Souza Martins. Hucitec: São Paulo, 1996.

SEABRA, Odette, (2004), **Territórios do uso**: cotidiano e modo de vida, *In: Cidades, São Paulo, 2004.*

Fundação casa. Disponível em: www.fundacaocasa.sp.gov.br_Acessado em: 2015

Observatório de segurança pública. Disponível em:
<http://www.observatoriodeseguranca.org/imprensa/febem> Acessado em: 2016